

EDUCAÇÃO A 12% AO ANO

Lisandra Paraguassú
Da equipe do **Correio**
Tatiana Péres
Especial para o **Correio**

O Sistema de Crédito Educativo brasileiro passará por uma reforma geral. Quase tudo muda: quem recebe, como, de onde vem o financiamento. A proposta apresentada pelo Ministério da Educação à Câmara dos Deputados garante a mais gente a chance de ter seus estudos pagos pelo governo, mesmo que os juros na hora do reembolso possam ficar em 12% ao ano. A única coisa que o projeto não muda são as fontes de renda para sustentar os estudantes. A proposta levada ontem pelo ministro Paulo Renato Souza à Comissão de Educação da Câmara cria uma agência para cuidar do gerenciamento de todo o programa. Um Fundo Nacional de Crédito Educativo (Funace) será responsável por captar os recursos, vindos de quatro fontes: parcela do dinheiro arrecadado pelas loterias, aplicações financeiras, recursos do próprio Orçamento da União e o pagamento de antigos créditos feitos pelos alunos. Ou seja, as mesmas utilizadas hoje.

Apesar dos recursos não aumentarem, o governo federal pretende reabrir a concessão de créditos no segundo semestre deste ano — a primeira vez desde 1997 — e beneficiar 200 mil alunos, 130 mil a mais do que acontece hoje. “O desafio é justamente criar esse mecanismo capaz de atrair novos recursos, para que o programa de crédito educativo não dependa mais só do governo”, explica Edson Machado, chefe de gabinete do MEC.

O dinheiro novo para multiplicar o número de empréstimos ainda nesse ano, no entanto, deverá vir mesmo do governo, na forma de um empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Algo em torno de R\$ 300 milhões, que terá que voltar ao banco mais tarde.

Outra fonte de recursos que está na mira do ministério é um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que sustentaria a ampliação do projeto nos próximos anos. Seria algo em torno de R\$ 1 bilhão — a metade, contrapartida brasileira — para os próximos três ou quatro anos.

Os recursos para manter essa ampliação, espera o governo, poderiam vir de bancos privados. A intenção do ministério é que outras instituições, além das estatais Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, passem a conceder o crédito. A União entraria com a metade do dinheiro e os bancos, com o resto. Isso faria com que o dobro de alunos pudesse ser atendido.

Com a estabilidade econômica, os bancos privados poderão contar que a taxa de juros estabelecida não vai perder o valor daqui a dois meses”, argumenta Machado. Conceder o crédito passa a ser um bom negócio.” Tão bom quanto qualquer outro no mercado, já que os juros planejados pelo governo para os estudantes pagarem o crédito é de 12% ao ano.



Juracy não sabe como pagará o empréstimo: “A maioria das pessoas não consegue trabalhar na área depois que se forma. Leva tempo para se firmar”

MUDANÇAS			
COMO É		COMO FICA	
Quem recebe:	Estudantes que comprovam carência matriculados em qualquer universidade privada	Quem recebe:	Estudantes que comprovarem carência matriculados em escolas privadas que tenham bons conceitos nas avaliações feitas pelo MEC
Como é pago:	No modelo atual, o estudante aplica para o Crédito Educativo através da universidade, e é a instituição que recebe os recursos diretamente do governo.	Como é pago:	O estudante receberá o dinheiro do empréstimo e ele mesmo pagará a universidade
Quem empresta:	Hoje, apenas a Caixa Econômica Federal pode conceder o financiamento	Quem empresta:	Tanto a Caixa quanto o Banco do Brasil deverão entrar no sistema, assim como qualquer banco privado que se interessar
De onde vem o dinheiro	As fontes atuais do crédito são os recursos arrecadados pelos concursos da loteria e dinheiro do próprio orçamento do MEC	De onde vem o dinheiro	As únicas fontes garantidas são as mesmas do sistema antigo. O MEC tentará um empréstimo do BID e outro do BNDES. No futuro, talvez use recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador
Como se paga:	Os estudantes começam a pagar o crédito um ano depois de terem terminado o curso. Os juros são equivalentes a 6% ao ano, mais a Taxa Referencial	Como se paga:	O estudante começa a pagar imediatamente após terminar o curso, mas as prestações subirão progressivamente. Se ele estiver desempregado, poderá haver uma negociação. Os juros poderão ser de 12% ao ano

ANÁLISE DA NOTÍCIA

PROPOSTA TRAZ UMA SÉRIE DE RISCOS

Tem muita gente precisando de crédito educativo no país. O Ministério da Educação calcula em meio milhão os alunos que só podem continuar estudando se contarem com algum apoio financeiro.

A lei que tirou das universidades o caráter filantrópico e, consequentemente, o direito de não pagar impostos, fez com que a situação piorasse um pouco. Conforme a Associação Brasileira de Universidades Comunitárias (Abruc), apenas entre seus associados cerca de 90 mil perderam as bolsas de estudos concedidas pelas escolas — e elas alegam agora que, como precisam pagar impostos, não podem mais fazer esse tipo de caridade.

O governo, com essa proposta, quer resolver vários pontos com um só tiro. Primeiro, o ministro Paulo Renato promete que todos esses alunos que perderam as bolsas das entidades filantrópicas estarão em primeiro lugar na lista para receber o novo crédito. Benefício que a Abruc e associações de alunos não acham grande coisa — com as bolsas das escolas, eles não precisavam pagar de volta —, mas é melhor do que a atual situação.

Outro ponto é que, finalmente, será possível tirar das mãos da Caixa Econômica Federal o gerenciamento das contas do crédito. A Caixa é vista no ministério como uma das culpadas pelo alto grau de inadimplência dos alunos hoje.

Mais de 60% das prestações atrasadas atualmente são de até R\$ 150 mensais. Mas como, recebendo ou não o dinheiro, o banco leva 2% sobre o valor do contrato como taxa de administração, tanto faz cobrar ou não dos ex-estudantes devedores.

A agência tem como vantagem melhorar a cobrança — mais recursos para conceder mais créditos —, a possibilidade de atrair bancos privados para negociar e conseguir empréstimos, como planeja o ministério. Mas, por enquanto, essas são apenas possibilidades. A nova agência nasce com as mesmas fontes de recursos do velho programa de Crédito Educativo. Se alguma coisa não funcionar exatamente como nos planos do ministério, os 500 mil que precisam do crédito terão que esperar. De novo. (LP)

REVOLTA — Isso não é crédito. É um absurdo”, revolta-se Kátia Brandão, 21 anos, que faz o 4º semestre de Comunicação no Centro de Ensino Universitário de Brasília (Uniceub) com a ajuda do crédito educativo. “Mesmo assim, me comprometeria a pegar o crédito para pagar depois. Vou ser muito rica mesmo”, brinca.

Carlos Leonardo Aguiar, 24 anos, que também usa o crédito e cursa Relações Públicas no Uniceub, não acredita que vá conseguir pagar um valor “com reajuste tão alto. Quando pediu o ingresso no programa, tentava escapar de uma mensalidade que consumiria três quartos de seu salário, e pouco deixaria para sustentar o irmão e o filho, que dependiam dele.

“Acho justo que o estudante tenha que reembolsar o dinheiro. Afinal, é um benefício que o estudante tem”, diz. “Só não concordo com os juros abusivos. Não é todo mundo que tem emprego garantido e com bom salário quando se forma.” Atualmente, essa é a exata situação do estudante. Ele não tem emprego fixo, e calcula ganhar cerca de R\$ 300 por mês.

Juracy Gonçalves Bragança, 38 anos, é outra que não sabe como fará para pagar o crédito. “Depois eu penso, mas provavelmente não vou ter condições de devolver o crédito nem em dois anos”, afirma. “Estou saindo da faculdade agora sem emprego que me dê condições de pagar tudo de volta. A maioria das pessoas não consegue trabalhar na área depois que se forma. Leva tempo para se firmar na profissão.”

CONGRESSO — Os parlamentares que terão de aprovar a proposta do governo estão totalmente de acordo com os estudantes. Juros de 12% ao ano, nem pensar. A proposta do ministério foi recebida na Comissão de Educação com um certo ar de “ainda bem que finalmente o governo decidiu fazer alguma coisa”. A mudança no sistema de crédito era cobrada há meses pelos deputados, que criaram até mesmo uma Frente Parlamentar do Crédito Educativo.

“A resistência foi menor do que eu esperava”, afirma o ministro Paulo Renato. Mesmo assim, os deputados fizeram dezenas de sugestões, a maioria delas mudando os juros. “Juros de 12% são inconcebíveis”, diz João Mattos (PMDB-SC), relator do assunto, que terá a tarefa de transformar os 34 projetos sobre crédito educativo tramitando na Casa atualmente em uma só proposta. Até mesmo o tucano Nelson Marchezan (RS) reconheceu que a taxa é alta demais. “Uma taxa como essa inviabiliza o crédito para os alunos mais pobres e vai gerar mais inadimplência”, prevê.

A melhor aposta, nesse caso, é que os juros fiquem bem abaixo do planejado pelo MEC. O próprio ministro admite que isso pode ser mudado, principalmente porque o percentual não estará no projeto de lei que será enviado para o Congresso até o final da semana. “O juízo é necessário para manter o fundo e permitir, no futuro, empréstimos a outros estudantes”, alega Paulo Renato. “Mas isso pode ser definido depois que a agência for criada.”

A discussão, no entanto, ainda deve ocupar muito mais tempo da comissão do que o MEC gostaria. A intenção é ter aprovada a proposta até junho para conceder os novos créditos já em julho. Prazo apertadíssimo quando se trata do Congresso Nacional.

FHC fala sobre cursos ameaçados

O presidente Fernando Henrique Cardoso usou o programa de rádio *Palavra do presidente* para tranquilizar os alunos dos 101 cursos superiores que correm risco de ser fechados pelo Ministério da Educação (MEC) por falta de qualidade. “Os alunos de estabelecimentos que vierem a ser fechados serão remanejados para outros cursos de melhor qualidade”, disse o presidente, reafirmando compromisso assumido pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, semana passada, durante o anúncio da lista.

O MEC chegou aos 101 cursos que necessitam de melhor estrutura e qualidade com base nas notas dos alunos de Administração, Engenharia e Direito nos últimos três anos do Exame Nacional de Cursos, o Provão. E também nos conceitos insatisfatórios obtidos por esses cursos em pelo menos dois dos três quesitos — currículo, quadro de pessoal, infra-estrutura — analisados por comissões de especialistas, que fizeram visitas periódicas às instituições. Quem teve dois dos quesitos considerados insuficientes terminou na lista do MEC.

O presidente avisou que as avaliações serão permanentes. “Estamos apenas no começo de um processo de avaliação da qualidade do nosso sistema de ensino superior”, acrescentou. Com isso, o governo espera garantir melhoria nas faculdades. “Para o nosso país ser desenvolvido, justo e forte, precisa de um sistema de ensino superior de alta categoria”, defendeu.

Para Fernando Henrique, o processo de reavaliação dos cursos é “a favor dos estudantes”, que têm direito a um ensino superior realmente eficaz. “Chegou a hora de nós avaliarmos os cursos que melhoraram e merecem continuar formando alunos e os cursos que apresentaram deficiências e não melhoraram. Estes serão fechados”, avisou.

Segundo ele, a iniciativa inédita de renovação do reconhecimento dos cursos propiciará aos alunos, matriculados nos estabelecimentos que vierem a ser confirmados pelo MEC, a certeza de estarem fazendo uma boa graduação e melhor se preparando profissionalmente para enfrentar o mercado de trabalho.

PADRÕES — A primeira lista dos cursos universitários brasileiros que poderiam ser fechados foi divulgada pelo Ministério da Educação semana passada. Nela estão 101 faculdades de Administração, Direito e Engenharia Civil que terão seis meses para se enquadrar nos padrões mínimos de qualidade estabelecidos pelo MEC.

“Quem não se mexer para melhorar a qualidade, vai fechar”, garantiu, ao anunciar a lista, o ministro Paulo Renato. No mesmo dia, ele também anunciou a nova etapa do processo de avaliação universitária, durante o seminário sobre as novas regras de credenciamento das universidades e garantiu que os alunos dos cursos fechados seriam transferidos para outras instituições de ensino.

Três dos cursos ameaçados atingem diretamente os alunos do Distrito Federal. Um deles é a Administração das Faculdades Integradas da União Pioneira de Ação Social. Os outros dois são Direito e Administração das Faculdades Integradas do Planalto Central (Fiaplac), sediada em Valparaíso de Goiás, mas onde a maioria dos alunos é morador do DF.